

Para se chegar ao objetivo do nosso estudo, o mesmo está relacionada as pesquisas realizadas sobre o tema em questão bem como análise das referências bibliográficas que descrevem sobre o assunto que consiste livros, artigos, pesquisas na internet dentre outros. Obtendo assim um embasamento teórico que dará ao trabalho subsidio de argumentação. E ainda, utilizou como método para obtenção dos resultados o descritivo exploratório.

O trabalho em questão apresenta –se em três capítulos onde, no I capítulo descreve um pouco sobre os antecedentes históricos da educação para surdos, onde descreve sobre a mesma desde os primeiros professores até chegar na escola da atualidade que se faz inclusiva. Nesse âmbito descreve sobre a escola Flor do Ypê que em meios as dificuldades se fez como promissora, ensinando aos educandos com deficiência. E ainda descreve sobre as filosofias educacionais para os surdos.

No II capítulo apresenta-se as conquistas que os deficientes obtiveram ao longo dos anos. Conquistas que não veio de forma rápida, mas sim, de forma lenta e vencendo preconceitos. Um dos grandes marcos para a luta dos Deficientes Auditivos (DA) se faz via Declaração de Salamanca. No Brasil se fez via Constituição de 1988, onde se faz um grande marco.

No III capítulo faz descrição da Escola campo, onde se desenvolveu a pesquisa, escola que adotou o nome fictício de Ipê Amarelo, no entanto, é uma escola de renome na cidade de Uruaçu- GO, que passou a ser inclusiva no ano de 2000 e que na atualidade é referência, com profissionais atuantes e dinâmicos.

## **Capítulo I- Antecedentes Históricos da Educação para Surdos**

Como sabido, a educação inclusiva que na atualidade vem realizando grandes conquistas e tendo os direitos respeitados, no entanto, é relevante descrever que não foi sempre assim, pois nos primórdios as pessoas que apresentassem deficiência eram condenados a morte, pois, acreditava-se que era castigo divino ter filhos deficientes. Dessa forma a ideia que se faziam dos mesmos era de aspecto negativos. E com os surdos não se fez diferente essa realidade que permaneceu até o século XV. Entretanto a partir do século XVI, essa realidade começa a se transformar.

E, nessa ambiência inicia-se o ensino dos surdos adotando diferentes metodologias, como nos orienta Goldfeld (2002, p. 28):

Os educadores, assim como atualmente, criaram metodologias para ensinar os surdos. Alguns se baseavam apenas na língua oral, ou seja, a língua auditiva-oral utilizada em seu país. Outros pesquisaram e defenderam a língua de sinais, que é uma língua espaço-visuo-espacial criada através de gerações pelas comunidades de surdos. Outros ainda criaram códigos visuais, que não se configurava como uma língua, para facilitar a comunicação com seus alunos surdos. Até hoje existem diversas correntes com diferentes pressupostos em relação à educação de surdos.

É notório que ainda não se tem uma forma correta de se ensinar os surdos, no entanto, na atualidade as metodologias surtem um grande significado que resulta num aprendizado dos mesmos, que podem estudar, trabalhar. Essas conquistas se deve aos primeiros educadores que não desistiram de ensinar os surdos, que acreditavam que os mesmos podiam aprender e tiveram a iniciativa de ensina-los, acreditando em suas potencialidades.

Nesse contexto de demonstrar os métodos Goldfeld (2002, p. 28) nos elucida sobre as primeiras experiências de professores para com os alunos surdos, observe:

Ainda no século XVI, na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon ensinou quatro surdos, filhos de nobres, a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia. Ponce de Leon desenvolveu uma metodologia de educação de surdos que incluía datilologia (representação manual das letras do alfabeto), escrita e oralização, e criou uma escola de professores para surdos.

Idem a mesma autora Goldfeld (2002, p. 28, 29) nos descreve sobre as primeiras experiências educacionais com os surdos e a escola apresentando seu início, observe:

Em 1750, na França, surge Abade Charles Michel de L'Épée, pessoa bastante importante na história da educação dos surdos. L'Épée se aproximou dos surdos que perambulavam pelas ruas de Paris, aprendeu com eles a língua de sinais e criou os “sinais metódicos”, uma combinação da língua de sinais com a gramática francesa. O Abade teve imenso sucesso na educação de surdos e transformou sua casa em escola pública. Em poucos anos, sua escola passou a atender 75 alunos, número bastante elevado pra época. Na mesma, em 1750, com as ideias de Samuel Heinick, na Alemanha, surgem as primeiras noções do que hoje constitui a filosofia educacional oralista, filosofia que acredita ser o ensino da língua oral, e a rejeição a língua de sinais, a situação ideal para integrar o surdo na comunidade geral.

No contexto de descrever sobre como aconteceu o delinear das conquistas dos surdos Veloso e Maia apud Lourenço e Barani (S/D, p. 06) nos orienta:

Que o médico Jean Marc Gaspard Itard, a partir de 1802, trabalhava para a erradicação ou diminuição da surdez, para que o Surdo tivesse acesso ao conhecimento. Para descobrir as causas da surdez, Itard executou diversas experiências científicas em cadáveres e até mesmo Surdos vivos, aplicando-lhes cargas elétricas, sanguessugas, fraturando crânios e membranas timpânicas. Após publicar vários artigos destas experiências, batizou seus aparelhos – cateteres para o ouvido – de Sonda de Itard.

Honora e Frizanco apud Lourenço e Barani (S/D, p. 07) ainda nos descreve que nos anos subsequentes outras conquistas foram sendo adicionadas as já existentes, observe:

Gallaudet foi facilmente inserido como estagiário no Instituto Nacional de Surdos de Paris onde conheceu Laurent Clerc professor Surdo do Instituto que o acompanhou de volta aos Estados Unidos, em 1816, para juntos fundarem a primeira escola de Surdos dos Estados Unidos.

Veloso e Maia apud Lourenço e Barani (S/D, p. 07 a 09) descreve:

Em 1846 surge um dos mais fortes e influentes defensores do Oralismo: Alexander Grahn Bell, que caracterizava a Língua de Sinais imprecisa e inferior à fala. Defendia que a Língua de Sinais deveria ser usada como um apoio a Língua Oral. O método do Oralismo era preferencialmente usado sem sinais, pois julgava que sua utilização conjunta poderia prejudicar a fala. Entre 1870 e 1890, asseveram que Alexander Grahn Bell publicou vários artigos censurando o casamento entre Surdos, a Cultura Surda, as escolas residenciais para Surdos; alegava que estes eram fatores de isolamento dos Surdos. Argumentava também que o uso das Línguas de sinais não proporcionava aos Surdos seu desenvolvimento intelectual. Stokoe começou uma intensa pesquisa em torno de 1960 sobre a vida cotidiana dos Surdos, comparando duas situações. Ele pesquisou a vida de um grupo de Surdos que eram únicos com tal deficiência na família (filhos Surdos de pais ouvintes) e outro que eram filhos de pais Surdos (filhos Surdos de pais Surdos). Em 1987 foi fundada no Brasil a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos também no Rio de Janeiro. Mas só conseguiu uma sede própria em 1993.

Assim, esse período da história marca o momento de descobrimento da inteligências e dos potenciais que apresentam os mesmos, observando dessa forma a sua capacidade para compreender o que lhe era ensinado. Essa época de ouro, os mesmos puderam se fazer presentes e serem notados como seres humanos, saindo da obscuridade e tendo a oportunidade de sua emancipação. Seguindo a esses professores, outros se fizeram estudiosos, buscando uma compreensão maior sobre os surdos e os métodos mais eficazes para que mesmos pudessem alcançar o aprendizado.

Carneiro (2011, p.29) nos informa que sobre a educação inclusiva:

Garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão assim essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independentemente de suas particularidades.

A mesma autora (2011, p.30) nos ensina que a:

Instituição do ensino regular aberta a matrícula de todos os alunos indistintamente. Este conceito é a base de sustentação da compreensão de escola que, além de trabalhar o conhecimento universal nas suas manifestações contemporâneas, tem, também, a responsabilidade de objetivar processos de aprendizagem de acordo com as particularidades de cada aluno.

Nesse contexto a Declaração de Salamanca (1994: p.11,12) também nos descreve sobre a Educação Inclusiva:

É princípio fundamental das escolas inclusiva consiste em todos os alunos aprenderem juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. E ainda que nas escolas inclusivas os alunos com necessidades educativas especiais devem receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz.

Dessa forma nota-se que a escola regular deve se fazer inclusiva e receber a todos os educandos e assim, trabalhar com eles de forma a que se obtenha algum aprendizado, pois como sabido a aprendizagem dos DA e outros se procede com adaptações ou intervenções realizadas pelos professores de apoio.

## **1.1 - Flor do Ipê Uma das Pioneira da Educação Inclusiva**

Como sabido a educação inclusiva tem um história de luta pela inserção dos alunos deficientes no ambiente escolar, no entanto, esse caminho a ser trilhado nem sempre é fácil enfrentando algumas barreiras.

A autora Mantoan (1989) descreve sobre a “Escola Flor do Ipê em São Paulo que em seu início funcionava debaixo das árvores e ao longo do tempos

o número de alunos foi aumentando e assim teve que mudar de local. A escola Flor do Ipê que teve sua implantação nos anos de 1969 se estendendo até o ano 1976.

A escola foi se firmando e realizando algumas adaptações quanto aos currículos, planejamentos, objetivos dentre outros que se fazem essenciais para o bom desenvolver da escola, uma vez que se faz como um das pioneiras ao se tratar de educação inclusiva brasileira. Nesse contexto houve muitas dificuldades, entretanto, os alunos eram mais importantes e assim os profissionais sempre tinham animo para enfrentá-las. O monitor era fundamental para o desenvolvimento da escola, pois a ele cabia ensinar alguns conteúdos para o discentes.

E notório que quando os pais colocam os filhos nas escolas mesmo os deficientes, os pais esperam que eles aprendam a ler e a escreve, essa é a expectativa dos pais, no entanto, a escola trabalhava de forma diferenciada com esses alunos, assim realizando um trabalho diferenciado com os educandos houve um respaldo dos pais, compreendendo como a escola procedia para inserir esses educando no âmbito educacional.

Nos anos de 1976 a 1984 a escola passa por uma transição educacional, onde busca novos métodos de ensino, visando o desenvolvimento dos educandos e dessa forma, atingindo os objetivos a que se propunha a escola Flor do Ipê. A alfabetização dos alunos com deficiência se faziam insistir mesmo percebendo que eles desconheciam o que isso significava, pois essa situação era alheia para eles.

Foi preciso então, repensar a alfabetização para esses alunos, quando houve a mudança de escrita para a fala, notoriamente o desenvolvimento foi outro, tendo um respaldo melhor dos educandos.

A escola como sendo uma das pioneiras enfrentou dificuldades tanto no ensino quanto em sua própria fundação, no entanto, com dinamismo os profissionais enfrentaram-nas em nome da educação e da inserção deles na escolas onde pudesse retirar do que era ensinado o essencial para que os alunos deficientes pudessem aprender e principalmente se desenvolver, ainda que de forma lenta, cada um a seu tempo, sem serem apressado no que diz respeito ao aprendizado.

## 1.2 - Educação para Surdos no Brasil

Quanto a educação para surdo no Brasil provavelmente teve seu início no ano de 1855 onde Goldfeld (2002, p. 32) nos orienta que “com o professor surdo francês H Ernest Huet, que foi trazido pelo imperador D. Pedro II”. O objetivo de D. Pedro ao trazer o professor era o de ensinar as crianças surdas que viviam no país.

Goldfeld (2002, p. 32) nos descreve que em “1857 é fundado o Instituto Nacional de Surdo- Mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (Ines), que utilizava a língua de sinais”. No entanto, algum tempo depois a língua de sinais foi proibida em todas as escolas, entretanto, continuava sendo usada mesmo assim.

No ano de 1980 tem início no Brasil o bilinguismo, ou seja, a língua de sinais e a língua falada. Sobre seu começo Goldfeld (2002, p. 33) descreve:

O bilinguismo tem no Brasil se faz com as pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito, sobre a língua brasileira de sinais. Assim, no início de suas pesquisas, seguindo o padrão internacional de abreviação das línguas de sinais, a professora abreviou esta Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), para diferenciá-la da Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB), utilizada pelos índios Urubu-Kaapor no Estado do Maranhão. A partir de 1994, Brito passa a utilizar a abreviação Língua Brasileira de Sinais (Libras), que foi criada pela própria comunidade surda para designar a LSCB.

Até a implantação do sistema bilíngue no Brasil, existiam outras línguas de sinais, que permitiam a comunicação entre os mesmos para com as outras pessoas, e dessa forma podendo haver uma melhor comunicabilidade.

A autora Goldfeld (2002, p. 33) ainda complementa a informação nos esclarecendo que “no Brasil tem três abordagens que pode se afirmar que todas tem sua relevância e sua representatividade no trabalho com surdos”.

Observa-se assim, que não há uma conclusão a respeito da melhor forma de ensinar uma pessoa surda, porém os sistemas combinados.

Quadros (2005, p. 124) nos descreve:

A Declaração de Salamanca considerou uma das coisas mais peculiares da educação de surdos: a questão da língua imersa em cultura surda. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz de forma visual. As forma de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. Ela se manifesta mediante coletividade que se constitui a partir dos próprios surdos. A escola há muito tem representado o lugar em que os surdos não possuem os seus espaços, pois baniu a língua de sinais e jamais permitiu a consolidação dos grupos surdos e de suas produções culturais.

Mesmos os alunos que são surdos se encontram condicionados a se fazer entender pelos ouvintes, uma vez que nas escolas não se trabalha somente com alunos surdos e assim se faz presente mas o falar do que a Língua Brasileira de Sinais. Idem autora anterior (2005, p. 124) comenta que “as diferenças precisam ser consideradas em uma política educacional que busca garantir o acesso à educação enquanto direito humano”.

Notando assim, que a diferença faz a diferença, ou seja, a educação deve ser repensada, replanejada visando atingir a todos.

Quadros (2005, p. 123) nos descreve:

A Declaração de Salamanca aponta algumas linhas de ações específicas buscando reconhecer as diferenças, entre elas, a educação de surdos, que são muitas vezes desconsideradas pelos órgãos competentes na promoção da educação para todos.

A Declaração de Salamanca é um forte aliado na luta contra a exclusão e procura assim, incluindo as pessoas na educação, afinal educação é direito de todos sem excluir.

A Língua de Sinais é um aliado para a pessoa surda estar se comunicando com o mundo, ela desenvolve aptidões assim, se faz ser entendida.



Quanto a língua de sinais Wrigley apud Quadros (2005, p. 127) menciona:

Gerações de surdos sinalizadores tem demonstrado a existência de uma língua rica suficiente para ser expressa de diferentes formas, inclusive através da poesia e de histórias. Os surdos criam sistemas de significado para explicar seu espaço no mundo. O que a cultura surda tem feito é mostrar que uma necessidade humana básica para a linguagem e para a simbolização são essenciais.

Os gestos se faz relevante para os surdos uma vez que promove sua interação com os ouvintes, por ser essencialmente visual permite aos mesmos sua compreensão e entendimento.

### **1.3- Filosofia Educacionais para surdos: Oralismo, Comunicação Total, Bilinguismo.**

#### **Oralismo**

O oralismo tem como objetivo introduzir a pessoa surda na sociedade ouvinte e assim promover possibilidades para que os mesmos tenham condições de desenvolver a língua oral. Segundo Goldfeld (2002, p. 33) “a noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à linguagem oral, e esta deve ser a única forma de comunicação para surdos”.

No entanto, é notório descrever que a língua portuguesa é repleta de regras, e, que para as crianças ouvintes é de mais fácil entendimento, entretanto, para as pessoas surdas não é tão fácil essa compreensão. Nesse âmbito para que haja uma compreensão se faz necessário que a pessoa surda se submeta a um processo de reabilitação que conforme nos orienta Goldfeld (2002, p. 35) “inicia com a estimulação precoce, ou seja, que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que quase a totalidade dos surdos possuem, e possibilitá-las a discriminar os sons que ouvem”.

É importante mencionar que as crianças que deve ser estimuladas para que haja uma compreensão melhor dessa técnica, pois, se não há esse estímulo a comunicação se perfaz com gestos.

Alguns autores descrevem que com essa abordagem oralista o surdo consegue dominar a linguagem, no entanto, nem todos são unânimes nessa opinião, pois alguns afirmam que não está integração ainda não foi alcançada por todos Goldfeld (2002, p. 37). No entanto, é notório que tem muitas crianças que frequentam a escola e não consegue atingir o aprendizado almejado, essa deficiência se faz pela falta de uma educação especializada.

## **Comunicação Total**

Sobre essa filosofia Goldfeld (2002, p. 38) nos orienta que tem como “principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes”, ou seja, busca uma interação entre ambos.

Nesse âmbito Goldfeld (2002, p.39) nos elucida que a “Comunicação Total, em oposição ao Oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda”. Pois, dessa forma observa-se que para haver o aprendizado de uma criança surda é necessário a combinação das duas técnicas, uma vez que ambas procuram o aprendizado e a formação da criança em todas as áreas como cita-se cognitivo, social e emocional.

Quanto a utilização da Comunicação Total no Brasil a mesma conta ainda com Língua Brasileira de Sinais e datilologia, ou seja, o alfabeto manual. Assim, sendo não se aprende a um único método de ensino, pois segundo, Goldfeld (2002, p. 41):

A Comunicação Total acredita que o bimodalismo pode minimizar o bloqueio de comunicação que geralmente a criança surda vivencia, evitando assim suas consequências para o desenvolvimento e possibilitando aos pais ocuparem seus papéis de principais interlocutores de seus filhos. A Comunicação Total acredita que cabe a família decidir qual forma de educação que seu filho terá.

Assim, é notório que as técnicas são primordiais para o desenvolvimento da criança, no entanto, o mais relevante é o que a família decidir, afinal a criança está sob os cuidados e proteção da mesma e ela quem deve escolher o que julgar melhor para a criança.

## **Bilinguismo**

Ao se tratar do bilinguismo observa-se diferenciado dos outros citados, pois, seus autores defende que o surdo não precisa ter uma vida semelhante aos ouvintes e sim deve aceitar sua condição e assumi-la.

De acordo com Goldfeld (2002, p. 42):

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

No entanto, é relevante mencionar que os autores que defendem o bilinguismo compreende a importância de se aprender a língua oral, no entanto, não se faz como objetivo único. Pode se observar que não se tem uma receita pronta para lidar com a criança surda e seu aprendizado, mesmo com essas técnicas busca-se as melhores maneiras de ensinar as crianças surdas de forma que se tenha um aprendizado significativo.

Entretanto, é notório que não se tem ainda um forma pronta e acabada de se ensinar os indivíduos surdos, pois, o que pode vir a dar certo para um, para o outro pode não se ter o mesmo sucesso, afinal nem todas as pessoas aprendem com a mesma técnica, sendo necessário utilizar formas diferenciadas para se atingir o objetivo, ou seja, o aprendizado.

## Capítulo II- Deficiência Auditiva e suas Conquistas

Ao desenvolver esse estudo se permeiam uma gama de objetivos no entanto nesse capítulo, atentamo-nos para a compreensão da diferença entre surdo e deficiente auditivo, bem como mencionar suas conquistas.

Ao iniciar nosso trabalho é relevante apresentar o conceito de deficiência auditiva conforme nos orienta Falcão, et al (2012):

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Assim, nota-se que algumas pessoas que são deficientes auditivas não nasce com essa deficiência, porém por algum motivo vai perdendo a audição e nesse caso a pessoa se vê obrigada a aprender a se comunicar de forma diferenciada, utilizando assim as Linguagem dos Sinais. É relevante que se esclareça a diferença entre deficientes auditivos e surdos. O deficiente auditivo apresenta uma perca auditiva que pode ser classificada como leve ou ainda como severa, o surdo tem uma perca auditiva profunda.

Ao se tratar da deficiência auditiva se faz importante mencionar sobre seus antecedentes, uma vez que nos primórdios os deficientes auditivos eram condenados a morte por acreditar que os mesmos não podiam contribuir para a sociedade e ao contrario representavam um peso para a mesma. Assim nos esclarece Falcão, et al (2012) observe:

Os ouvintes, na antiguidade, consideravam que os surdos não eram seres humanos competentes, pois acreditavam que o pensamento não se podia desenvolver sem a linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Portanto, sem a audição, não se ouvia, não se falava e não se pensava. Sendo assim, os surdos não podiam receber ensinamentos, já que não podiam aprender. Esse argumento era usado pelos gregos e pelos romanos, e também privavam surdos que não podiam falar de todos os seus direitos legais. Eles não

podiam fazer testamento e eram tidos como incapazes de gerenciar seus atos; perdiam suas condições de seres humanos e eram confundidos com retardados.

Nessa ambiência nota-se que os mesmos eram condenados a ficar isolados, não tendo respaldo das pessoas ouvintes. O celebre Aristóteles acreditava que a linguagem era que dava condições ao indivíduos do pensar, assim o surdo não tinha habilidades intelectuais, de acordo com Falcão, et al (2012). Observa-se que os surdos não tinham valor nenhum como pessoa, sendo assim tratados de forma aleatória e como insignificantes.

## **2.1- Deficiência Auditiva e sua acessibilidade**

Ao descrever sobre a deficiência auditiva é relevante que se apresenta a classificação da mesma, justificando que existe diferentes graus que atinge as pessoas, observe o que nos apresenta Falcão, et al (2012):

Audição Normal: Limiares entre 0 à 24 dB nível de audição;  
Deficiência Auditiva Leve: Limiares entre 25 à 40 dB nível de audição;  
Deficiência Auditiva Moderada: Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição;  
Deficiência Auditiva Severa: Limiares entre 71 e 90 dB nível de audição;  
Deficiência Auditiva Profunda: Limiares acima de 90 dB.

E ainda segundo Falcão, et al (2012), de acordo com a “classificação existe diferentes graus de deficiência que acomete as pessoas, podendo ser classificadas em leves, moderadas e ou severas depende do grau que atinge as mesmas”.

Um das primeiras conquistas dos deficientes veio através da Declaração de Salamanca, ocorrida em Salamanca, na Espanha. A Conferência ocorreu entre os dias 07 a 10 de junho de 1994. Os presentes vieram reafirmar o compromisso de uma educação voltada para todos, sem discriminação. Observe o que os representantes afirmaram (Declaração de Salamanca, 1994, p.07):

Nós, delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994, reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações.

Dessa forma observa-se a preocupação dos mesmos em inserir na escola regular os alunos com algum tipo de deficiência. No mesmo vê-se a credibilidade dos alunos com deficiência, uma vez que os mesmos são capazes de ter um aprendizado, no entanto, cada um tem o seu tempo de aprender, pois, o aprendizado não ocorre de forma homogênea.

Ainda de acordo com (Declaração de Salamanca, 1994, p.07):

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

Uma das grandes conquistas que se tem na atualidade é quanto à educação inclusiva, pois como é sabido as pessoas deficientes são excluída da sociedade, no entanto, essa dolorosa realidade vem se transformando. E com os deficientes auditivos essa realidade não se faz diferente. Os mesmos também sofrem ou já sofreram com preconceitos. No entanto, é notório que a educação está se tornando inclusiva, ou seja, inserindo os educandos deficientes na escola regular, entretanto, um ponto deve ser observado até que ponto os educadores estão preparados para lidar com os educandos deficientes, inseri-los na escola é fácil, o difícil é dar a eles o respaldo que merecem.

Com o passar do tempo surge os pioneiros da educação para os surdos que acreditam nas suas potencialidades, observe o que nos orienta sobre essa questão Falcão, et al (2012):

O início da educação dos surdos nasce com Pedro Ponce de León (1520 - 1584), considerado o primeiro professor de surdos na história. Ponce de León era um monge beneditino que teve a maior parte de sua vida dedicada à educação de surdos, filhos de nobres. O monge os ensinava a falar, a ler, a escrever, a rezar e a conhecer as doutrinas do Cristianismo.

Em 1712-1789 surgiu na França o Abade Michel de L'Epée a primeira escola para crianças surdas, onde foi utilizada a língua de sinais, uma combinação dos sinais com a gramática francesa, com o objetivo de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar acesso à educação, e ainda, o método de L'Epée teve sucesso e obteve os resultados espetaculares na história da surdez. Em 1791, a sua escola se transforma no Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris, e foi dirigido pelo seu seguidor o gramático Sicard. (SACKS, 1989). Surge então em 1950, na Alemanha, a primeira escola pública baseada no método oral e tinha apenas nove alunos.

Assim é notório a contribuição desde pioneiros da educação para que se preconizasse o ensino para os deficientes auditivos. E ainda sobre a educação dos deficientes auditivos Idem autores anteriores (2012) nos orientam que:

No século XIX, os Estados Unidos se destacam na educação de surdos utilizando a ASL (Língua de Sinais Americana), com a influência da língua de sinais francesa trazida por Laurent Cler, um professor surdo francês, discípulo do Abad Sicard, seguidor de L'Epée fundando junto com Thomas Gallandet, a primeira escola americana para surdos e em 1864 transformando no ano de 1864 a única Universidade para surdos no mundo. Assim, a partir de 1880 e até a década de 70 deste século, em todo o mundo a educação dos surdos foi seguindo e se conformando com a orientação oralista decidida no Congresso de Milão.

Nessa ambiência, nota a relevância das primeiras escolas para que as pessoas com deficiência auditiva fossem vistas como pessoas capazes de desenvolvimento intelectual, bem como o poder de comunicar de cada uma delas.

Assim, observa que a educação muito se fez para que houvesse uma melhora quanto a aceitação dos deficientes auditivos na sociedade como pessoas atuantes e capazes. As primeiras escolas tiveram seu início de forma simples, na atualidade as escolas tem muitos recursos a oferecer para os indivíduos deficientes e assim, proporcionando aos mesmos melhores condições para que possam alcançar o aprendizado.

O bom é que a tecnologia veio contribuir para a melhora de vida dessas pessoas, pois tem contribuído de forma significativa e cria-se aparelhos para

que possibilite os deficientes que recupere a audição, enquanto que, portando os aparelhos.

É sabido que na atualidade os deficientes estão conquistando seus espaços na sociedade, nos dias atuais observa-se que muitos bancos e algumas outras empresas possuem um sistema que permite ao deficiente auditivo realizar suas tarefas sozinho, pois tem o sistema de acessibilidade.

Falcão, et al (2012) nos descreve algumas atitudes que ajudam na acessibilidade ao se tratar da educação observe:

- as pessoas: familiares, amigos, profissionais, colegas, monitores, orientadores, professores (itinerantes, de sala de recursos, de apoio);
- os recursos físicos, materiais e ambientais;
- as atitudes, os valores, as crenças, os princípios;
- as deliberações e decisões políticas, legais, administrativas;
- os recursos técnicos e tecnológicos;
- os programas e serviços de atendimento genéricos e especializados.

Dessa forma, esses elementos vem contribuir para a acessibilidade seja cada vez melhor no tangente a educação. Essa dinâmica se estende a outras empresas que preocupadas em inserir os mesmo na sociedade se faz equipadas para atendê-los bem e assim promover a inclusão.

Não se deve ser omissos e pensar que todos aceitam a inclusão e a promovem, mesmo com as leis que amparam os mesmos muitos não aceitam que os deficientes trabalhem, estudem, acreditando que não contribuem para o desenvolvimento social.

## **2.2 - Educação Inclusiva no Brasil**

No que diz respeito a Constituição de 1988, onde foi o marco para a educação inclusiva, pois preconiza que a educação é direito de todos, sendo assim não importa sua condição tem direito a estar na escola, vivenciando a experiência do aprender, compartilhando saberes e trocando experiências. Afinal estar na escola é uma troca de experiências, de saberes entre professores e alunos.



Sobre a Constituição de 1988, leia o que nos relata (MEC/SEESP, 2007):

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Assim, é direito de todos estarem na escola regular de ensino, visando a busca pelo aprendizado, pelo conhecimento, não podendo ser negado o direito a criança de frequentar a escola regular por apresentar alguma deficiência, pois como visto a mesma tem direito amparado em lei, não devendo ser descumprido. Assim, muitas escolas aceitam crianças deficientes por terem o direito amparado por lei, pois, o preconceito ainda impera, de forma tímida.

Outro ponto relevante diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que também apoia a criança e ou adolescente a estar frequentando a escola conforme (MEC/SEESP, 2007):

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em conformidade com o escrito no mesmo as crianças que apresentam quaisquer deficiência tem o direito a ser matriculado na escola regular. A mesma não pode negar a aceitar um educando justificando que o mesmo tenha alguma deficiência, pois o mesmo está assim amparado por lei a frequentar o ensino regular e assim frequentar e participar das aulas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) traz em seu artigo importante resolução observe o que nos diz (MEC/SEESP, 2007):

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

A mesma ampara os educando sem seus artigos, devendo os mesmos serem respeitados e cumpridos, dessa forma os deficientes vem sendo legalmente amparados para estarem frequentando a escola regular.

A Lei Nº 10.098/2000 que foi sancionada por Fernando Henrique Cardoso garante aos deficientes direitos de acessibilidade, exigindo que as construções sejam adaptadas de maneira a garantir aos deficientes um melhor ir e vir nos bens públicos ou privados.

Dessa forma, a Lei Nº 10.098/2000 vem estabelecer normas e alguns critérios para que se promova a acessibilidade aos deficientes que em decorrentes de acidentes ou não, tem sua mobilidade limitada. Pois, acessibilidade tem como característica promover condições para que as pessoas utilizem os espaços públicos ou privados com autonomia e segurança.

O capítulo VII da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, da Lei em seus artigos 17,18,19 nos orienta:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Regulamento

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito

de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

A Lei existe, foi sancionada e deveria ser cumprida, no entanto não devemos ser omissos e dizer que realmente tem sua funcionalidade como deveria ser, pois sabe-se que em alguns casos a mesma não é respeitada, faltando assim seu cumprimento, e os deficientes pagam pelo preço da irresponsabilidade de alguns.

Sobre a Lei 10.436/2002 nota-se que a mesma estabelece a Língua Brasileira de Sinais dessa forma, o decreto nº 5.626/05 veio regulamentar a Lei nº 10.436/2002 que garante o acesso dos alunos com deficiência auditiva as escolas observe o que nos diz o (MEC/SEESP, 2007):

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.

Dessa forma, nota que as Leis estão amparando os alunos com deficiência auditiva para que os mesmos frequente a escola, e sejam assim incluídos no ensino regular.

Quando se trata da educação inclusiva é notório que seu desenvolvimento se deu a nível mundial, após ter passado por longos períodos de preconceito. Assim, nota-se que após Convenções, Decretos essa história vem se transformando, e talvez a escola seja a principal responsável por essa mudança, afinal na escola é que se tem aprendizado que se leva para fora da mesma aplicando se na vida em sociedade.

Ao se tratar do início da educação inclusiva no Brasil o (MEC/SEESP, 2007) nos ensina que:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto

Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Observa-se que se cria escolas que são capazes de atender a diferentes necessidades. Seguido a esse primeiro momento de criação muitos outros vieram de forma a garantir que as crianças com necessidades frequente a escola e assim, mostre o seu potencial.

E ainda de acordo com o mesmo documento (MEC/SEESP, 2007) nos ensina:

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

O apoio do MEC é relevante no que diz respeito a Educação Inclusiva. Quanto aos alunos com deficiência auditiva uma importante conquista se preconiza para eles conforme nos ensina (MEC/SEESP, 2007):

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Com essa Lei, mas um importante passo é dado rumo aos desenvolvimento da educação inclusiva e ainda mais o é para os deficientes auditivos que agora tem a língua brasileira de sinais que deve ser incluída em curso, de forma que difunde seu ensino.

No tangente a educação inclusiva muita estar a se fazer para que os deficientes sejam matriculado na escola regular e tenha seus direitos respeitados, no entanto, sabe-se que algumas escolas ainda no século XXI tentam negar esses direitos não aceitando as crianças por terem alguma

deficiência, marcando assim o preconceito que ainda existe e no qual os educandos são vitimados.

Ainda de acordo com o (MEC/SEESP, 2007) houve a implantação de sala multifuncionais e aprimoramento dos profissionais que atendem os educandos especiais, veja:

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Com essa dinâmica nota-se que o profissional que acompanha a criança deficiente também deve ter a formação adequada para que se atenda a esse educando de maneira a contemplar a sua necessidade para que haja assim um aprendizado significativo.

É notório a evolução da educação inclusiva está avançando rumo ao desenvolvimento do educando e para tal investe na educação do professor, pois quando o professor tem um conhecimento melhor sobre as deficiências que acometem os educandos seu trabalho para com o mesmo tem um respaldo bem mais relevante, e ainda, passa a compreender melhor como lidar com o educando de forma a favorece-lo.

Nota-se que ao longo do tempo, leis que amparam os indivíduos deficientes estão sendo criadas seja no ambiente escolar ou na acessibilidade a locais públicos, entretanto, uma pergunta se faz essas leis são capazes de garantir a inserção dos mesmos na sociedade? As leis principalmente de acessibilidade estão sendo respeitadas? Pois, colocar no papel é muito simples, pois, da teoria à prática há um distancia redundante.

A lei quando promulgada deve ser cumprida, ainda mais, quando se trata de algo tão importante, quanto a acessibilidade, direitos humanos.

## 2.3- Educação Para Todos

Na atualidade acredita-se que a educação inclusiva é para todos, pois de acordo com a Constituição Federal todos as crianças em idade escolar deve estar regularmente matriculados, no entanto, é bom ressaltar que nem sempre isso acontece, pois infelizmente ainda há algumas escolas que não realiza a matrícula de alunos que são deficientes, afirmando que não tem vagas e muitas vezes essa não é a realidade. No entanto, é bom descrever que muitos pais conhecedores dos seus direitos, fazem-no valer e assim, tem seus filhos matriculados.

Outro ponto de atenção diz respeito a quanto a escola deve estar adequada para receber os educandos especiais, uma vez que sua estrutura física deve ser adaptada, pois quando recebe um cadeirante deve se ter rampas de acesso para que o mesmo consiga deslocar com mais acessibilidade na escola, bem como ainda deve ter corrimão, banheiros adaptados, carteiras dentre outros.

Quanto ao profissional que atende as crianças também deve ser contemplado com o conhecimento, afinal existem cursos de aperfeiçoamento que os mesmos devem frequentar, afinal quando o profissional se aperfeiçoa, busca conhecimento e nesse âmbito quem ganha com resultados positivos é o educando, pois existe uma qualidade melhor no seu ensino.

Quanto ao aluno com surdez é sabido que o mesmo tem direito a aprender a linguagem de sinais, assim a escola tem um professor intérprete que estará ajudando ao educando e ainda promovendo sua interação com toda a turma, uma vez, que toda a sala de aula pode estar aprendendo a Língua de Sinais o que permite uma boa comunicação entre os educandos.

Dessa forma o aluno aprende a língua de sinais e também a escrita da língua portuguesa o que constitui o bilinguismo, pois os alunos deficientes aprendem as duas línguas. No entanto, não deve mascarar as dificuldades para que se cumpra essa lei, uma das primeiras dificuldades está em encontrar um professor interprete, ou seja, que saiba ensinar a língua de sinais.

Dessa forma Alvez (2010, p.09) nos salienta que:

De acordo com o Decreto 5. 626, de 5 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez tem direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo.

Observa-se os direitos dos deficientes auditivos em aprender o bilinguismo na escola regular. Nesse âmbito encontra se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) onde tem profissionais que estão preparados para ensinar a Língua dos Sinais, dessa forma Alvez (2010, p.09) nos constata:

AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve ser pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento deve ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumento de interlocução e de diálogo.

Pois no AEE a prática da sala de aula regular articula-se com as metodologias, visando assim o aprendizado do educando. No entanto, para que haja realmente um aprendizado o professor do ensino regular deverá usar de metodologias diversificadas de maneira que os mesmo manifestem interesse em aprender. Dessa forma, havendo uma interação entre os dois ambientes de ensino o aluno será beneficiado com uma aprendizagem segura.

A mesma autora (2010, p.15) ainda nos orienta sobre a Língua de Sinais” como a língua a Libras tem suas normas, padrões e regras próprias. Seus sinais são formados pelo movimento e pelas combinações das mãos com o espaço em frente ao corpo”.

Ao ensinar as língua de sinais o professor deve estar ciente de que existem regras, não devendo a mesma ser ensinada sem cumprir seus padrões, um dos pontos principais dessa linguagem diz respeito as mãos, pois na verdade, as mesmas assume várias formas para que se produza os sinal. O que de acordo com Alvez (2010, p.15) são “63 posições diferentes, dos dedos

e das mãos”. Talvez por esse fato as línguas de sinais se perfaz complexa, pois exige o movimento das mãos e ao mesmo tempo sua visualização.

Nesse âmbito, no terceiro capítulo abordaremos a escola campo voltando nosso estudo para o início da Educação Inclusiva nessa rede, bem como as adaptações que foram realizadas pra receber os alunos deficientes e ainda como os profissionais da Unidade de Ensino se preparam para a mudança e adaptação aos novos educandos e um ponto relevante, como os pais e colegas dos discentes viram as mudanças, investigando assim se houve preconceitos.

Nesse âmbito o título do mesmo será A importância da escola para possibilitar o aluno com deficiência auditiva e seu desenvolvimento no ensino regular.



### **Capítulo III- Entrevista com os Profissionais da Escola**

#### **Campo**

Ao relatar sobre a Escola usa-se o nome fictício de Ipê Amarelo, no entanto, a mesma tem sua localização na cidade de Uruaçu- GO, sendo respeitada pela qualidade de ensino e dos profissionais que ali atuam.

A Escola ainda tem um número relevantes de educando, totalizando 280 alunos, funciona atualmente em dois turnos, sendo o matutino no horário das 7 às 11 e 30 e no período vespertino atende das 13 às 17 e 30.

Dentre os 280 alunos matriculados na escola e frequentes 16 alunos são deficientes, e desse total 02 são DA, no qual estão frequentando as seguintes séries um DA está cursando o 1º ano no turno vespertino, o outro está matriculado no 5º ano vespertino.

A escola possui cerca de 36 profissionais, do qual quatro estão ligados diretamente com o aluno DA, sendo assim distribuídos 02 professores regentes e 02 interpretes.

Na atualidade, a escola contém 05 salas de aula do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, contando com uma infraestrutura melhorada para atender aos alunos deficientes, pois para atender os cadeirantes fez as rampas com corrimões, a escola tem uma cadeira de rodas, brinquedos pedagógicos, computadores entre outros visando atender bem os educandos.

A escola possui sala de AEE, onde os alunos são atendidos com horário marcado pelos professores do AEE, nessa sala os atendimentos se faz diferenciado utilizando recursos pedagógicos que contribui para o aprendizado.

Quanto aos professores, os mesmos estão sempre participando de vários cursos ligado a inclusão, de forma a melhorar o trabalho com os alunos com necessidade educacionais especiais. O professor regente trabalha em parceria com o professor do AEE, dessa forma havendo uma interação de conteúdos e assim beneficiando com grande relevância o aluno, uma vez que

todos estão envolvidos na preparação do material a ser desenvolvido em sala de aula. Os professores conta ainda com o apoio da equipe multiprofissional da subsecretaria, os alunos DA não são atendidos na sala do AEE, esse fato de deve a não ter interprete disponível para o horário, assim, os mesmos são atendidos no Betinho onde tem o acompanhamento da fonoaudióloga e interprete.

Quanto aos profissionais que atuam na escola são todos formados com Curso Superior em áreas específicas, em sua maioria estão se graduando, mostrando assim, o compromisso de cada profissional com o ensino de qualidade, pois procuram estarem se atualizando para promover um ensino de qualidade e que seja significativo para o educando.

A educação inclusiva vem traçando um longo caminho desde os seus primeiros passos rumo a conquista dos deficientes em serem inseridos na escola, na sociedade demonstrando assim, suas potencialidades. E quando se trata de escola é notório que em seu início enfrentou algumas dificuldades, pois foi necessário uma adaptação não só no espaço físico, mas até mesmo no que diz respeito aos profissionais que ali trabalham, afinal é uma inovação e os receios se fazem.

Quanto a adaptação diz respeito a todo o ambiente escolar, incluindo os colegas que até então se fazia como novidade uma pessoa deficiente em sala de aula, no entanto, a receptividade dos educandos muito boa.

Ao se tratar da fundação da Escola teve seu início e fundação no ano de 1971, com salas que atendiam de 1ª a 4ª série, nomenclatura que se adotava na época para o ensino fundamental que hoje tem a nomenclatura de 1ª ao 5º ano recentemente modificado.

Quanto a origem do verdadeiro nome da Escola, foi para homenagear uma relevante personalidade da cidade, que aqui contribui para o desenvolver da mesma.

Quando a se tornar inclusiva que até então não era, se procedeu no ano de 1999, nesse mesmo ano a escola contava com 12 alunos especiais, sendo

que desse número 05 eram deficientes auditivos. Entretanto para continuar esse trabalho foi feito vários estudos direcionados ao servidores da Unidade Escolar.

As adversidades para uma escola que estava se tornando inclusiva quando o preconceito estava presente em toda a sociedade não foi fácil, críticas foram levantadas, entretanto a vontade de mudar a visão da sociedade dos profissionais que ali estavam eram maiores e assim, aos poucos foi vencendo os preconceitos.

Mudanças na escola foram realizadas, afinal a mesma não apresentava estrutura física para receber os educandos, então foram instaladas rampas nos corredores da escola, as portas das salas de aula foram alargadas, rampas foram construídas, banheiros foram modificados.

As mudanças se estende aos profissionais que ali estavam a desenvolver seu trabalho, pois viam em seu cotidiano crianças que inspiravam cuidados diferenciados e que alguns tinham uma relação de dependência bem relevantes, assim viam-se motivados pela garra das crianças. Nesse momento, um fato relevante veio contribuir para a aceitação dos alunos deficientes na escola a exibição de uma novela na Rede Globo, no horário das 18:00 onde preconizava a inserção de uma criança deficiente na sociedade, onde vencia os preconceitos de toda sociedade. Assim, foi um grande apoio para os profissionais da escola, pois, sabiam que as dificuldades viriam mas que com determinação podia vence-los com realmente a fez.

Os alunos foram chegando aos poucos e se sentindo ambientalizados com o espaço e com os colegas. E hoje, a escola é referência na cidade.

### **3.1- Questionário Aplicado aos Profissionais**

Quanto ao método utilizado para obter as informações relevantes para o desenvolvimento do nosso estudo se fez através da aplicação de questionário onde mesclou-se com perguntas fechadas e abertas.

Questionário aplicado aos profissionais da Unidade de Ensino, na questão 01 ao serem questionados sobre a ações inclusivas e sua correspondência a necessidade dos alunos a maioria respondeu que corresponde, no entanto, apenas um profissional respondeu que corresponde parcialmente.

Ao se tratar da questão 02 onde questiona sobre o conhecimento da legislação voltada para o DA, a maioria respondeu que tem conhecimento sobre a educação voltada para o aluno com DA. Pois, desde o ano 2000 a Unidade Escolar se tornou inclusiva, onde os profissionais participou de vários cursos, estudaram a legislação, resoluções e outros, no entanto, há a necessidade de estar sempre se capacitando.

Quanto a questão 03 a maioria respondeu que se realizam reuniões, completando que numa escola regular inclusiva os assuntos tratados nas reuniões abrangem a todas as necessidades e diversidades, porém, um profissional respondeu que isso aconteceu raramente.

Quanto a questão 04 diz respeito as aulas ministradas na escola se são satisfatórias para os alunos com DA, a maioria respondeu contemplam o conteúdo ministrado sendo assim satisfatórias para os alunos, pois os alunos DA tem acompanhamento de interprete.

A questão 05 diz respeito as dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula com os alunos com DA, no qual responderam unanimemente que se faz pelo desconhecimento do professor. E ainda completam em não saber a língua materna do educando DA e da escola integra-lo nas atividades extra-classe.

Na questão 06 os profissionais ao serem questionados sobre a flexibilização do conteúdo responderam que se faz quando o conteúdo trabalhado assim o exigir. Com os alunos DA a flexibilização se dá por meio de libras, recursos áudio visuais, gravuras, fichas e jogos, empregando assim o lúdico no ensino.

Na questão 07 menciona sobre quem faz a flexibilização dos conteúdos a serem ministrados os mesmos responderam que se realizam entre professor regente, professor intérprete, professor de recurso, de posse do plano de aula, elabora as atividades flexibilizando-as, interpretam e articulam atividades lúdicas.

Na questão 08 onde questiona sobre a existência da sala de AEE na escola todos forma unanimes em responder positivamente.

Na questão 09 diz respeito ao Sistema Brasileiro de Sinais onde todos mencionam que são relevantes e ainda completam que é essencial para o desenvolvimento dos educandos. E ainda de acordo com um dos profissionais a mesma reflete no aprendizado do aluno com DA, é o meio natural de comunicação dessa forma o aluno tem a oportunidade de deixar claro suas dúvidas e ideias, convivendo e interagindo com o meio de forma igualitária. É de grande relevância que o educando saiba Libras, bem como toda a sua família e toda comunidade escolar para uma aprendizagem significativa e para que o educando possa interagir com todos e sintam que faz parte da sociedade.

Ao se tratar das questões 10 a 12 foram apenas alguns profissionais que responderam as mesmas. Ao se tratar da questão 10 os profissionais afirmaram que os critérios utilizados para flexibilizar o conteúdo se faz mediante a necessidade do aluno, onde tem como referência dicionário de Libras, vídeos interpretados, ilustrações, números, alfabeto e vogais em libras tudo voltado para a série que o educando está frequentando e o conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula pelo docente.

Na questão 11 onde se trata de como se realiza o atendimento dos alunos DA na sala do AEE, as respostas se fizeram diversificadas no entanto, falaram bem do item questionado, pois disseram que se fazem com horários devidamente marcado pelo professor do AEE e a família do aluno, e ainda descreveram que conta com uma infraestrutura adequada e professores especializados. Outro ponto relevante diz respeito aos educandos que recebem atendimento no CAEE Hebert José de Souza.

Na questão 12 que se trata da relação entre o DA e outros alunos, a maioria respondeu que a interação social acontece de forma natural e espontânea, pois são bem orientados pelos professores regentes, assim participam dos grupos de trabalho e das aulas normalmente.

Ao se tratar dos profissionais que atuam nessa Unidade de Ensino, observa-se que eles tem um amplo conhecimento da Legislação e que fazem cumprir na medida do possível a Lei que amparam aos DA, no entanto, pode acontecer de ficar alguma coisa a desejar no que tange ao ensino, uma vez que são humanos e, portanto, passíveis de erros.

Observa-se que os mesmos realizam seus planejamentos buscando apoio de outros docentes, onde o grupo realizam a flexibilização dos conteúdos a serem trabalhados com os DA, e ainda buscam apoio no CAEE, onde tem o respaldo para que possam desenvolver da melhor forma o trabalho com os DA.

A dedicação e competência dos profissionais desta Unidade faz toda a diferença no trabalho com os educando deficientes, afinal na mesma, não se encontram apenas os educandos DA, e, sim com outras deficiências.

E ainda outro ponto relevante diz respeito aos profissionais que estão preparados para receber os DA e assim, desenvolver com eles um trabalho que visem o aprendizado dos mesmos.

Ao se tratar de inclusão e da relação com o professor Silva e Reis (2011, p. 11) argumentam que “Os aspectos ligados a formação do professor deve ser especialmente considerados, uma vez que, este deve estar preparado e

seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial”, uma vez que os mesmos merecem dedicação e aulas dinâmicas.

A escola quando se tornou inclusiva funcionava nos três turnos, matutino, vespertino e noturno com Ensino Fundamental 1ª Fase que contempla do 1º ao 9º Ano nomenclatura atual, pois quando funcionava falava-se do pré ao 8ª série, no entanto na atualidade se sofre algumas mudanças, pois não atende mais até o 9ºAno, restringe-se apenas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

## **Conclusão**

Como pode ser observado nesse estudo, os deficientes em um primeiro momento não tinham direito a vida sendo condenados a morte, ou os que sobreviviam não tinham uma vida familiar, pois era nítido o abandono, viviam nas ruas, condenados a pobreza.

Os surdos eram impedidos de realizar quase todas as atividades, pois eram tidos como incapazes. Até mesmo, a igreja que tem a função de acolher as pessoas excluía os mesmos, pois proibiam-nas de comungar, justificando que os mesmos não confessavam seus pecados, da mesma forma proibia o casamento dos surdos, ficando expresso a exclusão, ou ainda, a falta do acreditar nas pessoas, nas potencialidades por causa de uma deficiência.

No entanto, com o passar dos anos resolve-se tentar ensinar os surdos, antes busca-se a cura, pois acredita-se ser possível fazer os mesmos desenvolverem a fala. Porém, chega-se à conclusão que isso é um fato impossível, mesmo assim, os estudos para se fazer o surdo comunicar continua.

Tem início, assim, as primeiras escolas mesclando fala e gesto, no qual é condenado tal ação, pois ainda, acreditava-se que o surdo pode falar. Pesquisas são realizadas, porém, a comunicação via sinais tem início, ainda que de forma tímida, condenada, mas os primeiros estudiosos vão se deslançando nas pesquisas e obtendo sucesso.

Assim, tem início as primeiras escolas para surdos, atendendo a poucos, pois priorizam os que tinham condições de estarem pagando por este trabalho. Subsequentes as escolas, as leis de amparo aos deficientes mesmo com preconceitos existem mudanças na forma de ver os mesmos e assim, eles vão capazes de estudar, trabalhar ter uma vida promissora, pois sua deficiência não impede seu desenvolvimento.



Na atualidade ocupam lugares de destaque na sociedade sendo respeitados por seus méritos e competência. Nas escolas interagem bem com os colegas, mostram seu potencial, são interessados e desenvolvem de forma hábil suas atividades.

Tem seus direitos resguardados, conquistaram o direito a um intérprete e, estão desenvolvendo suas potencialidades. Um dos pontos primordiais se deve a Declaração de Salamanca, onde resguarda a todos os deficientes o direito a frequentar a escola, promovendo a educação para todos sem distinção.

Nesse contexto, a escola campo que se tornou inclusiva há 14 anos é referência na cidade de Uruaçu- GO, como propulsora da inclusão e valorização dos deficientes.

## Referências

ALVEZ, Carla Barbosa. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, v.04, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **LEI Nº\_10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.**

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.** 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FALCÃO, Alcindo; MORAIS, Cleide; LEANDRO, Douglas, et al. **Deficiência Auditiva.** Universidade Federal do Acre – UFAC. Centro de Ciências Biológicas e da Natureza – CCBN. 07 de Novembro de 2012, Rio Branco – AC.

LOURENÇO, Katia Regina Conrado; BARANI, Eleni. **Educação e Surdez: Um Resgate Histórico pela Trajetória Educacional dos Surdos no Brasil e no Mundo.**

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** 7ª ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Compreendendo a Deficiência Mental. Novos Caminhos Educacionais.** Editora Scipione.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

QUADROS, Ronice Muller. **Inclusão de Surdos** in Ensaios Pedagógicos-construindo escolas inclusivas: 1. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

SILVA, Livia Ramos de Sousa; Marlene Barbosa de Freitas, REIS. **Educação Inclusiva: O Desafio da Formação de Professores.** REVELLI - revista da Educação, Linguagem e Literatura da UEG, Inhumas. ISSN 1984- 6576 - v. 3, n1- março de 2011- p.7-17.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Na área das necessidades educativas especiais. Conferencia Mundial Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.** Salamanca, Espanha 7 a 10 de junho de 1994.

## **ANEXOS**